

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**Interrupção de fornecimento de medicamentos por atrasos nos pagamentos à Indústria Farmacêutica**

Segundo notícias vindas a público várias empresas da indústria farmacêutica já só estão a entregar medicamentos aos hospitais mediante pagamento a pronto ou a curto prazo. Situações que poderão, em último caso, vir a criar problemas e até a suspensão do fornecimento de medicamentos mesmo em áreas essenciais, admite a indústria.

No âmbito do Memorando de Entendimento com a Troika estava previsto a apresentação de um plano de pagamentos aos fornecedores até ao dia 30 de Setembro. Segundo informação do Sr. Ministro da Saúde, até final do corrente ano, a dívida dos Hospitais será de cerca de 3000 milhões de euros. O orçamento apresentado para 2012, prevê um corte na despesa pública na saúde de cerca de 1000 milhões de euros, colocando o orçamento para o SNS ao nível do ano de 2004. Em 2012, no mesmo Memorando de Entendimento está fixado o limite de 1,25% do PIB para a Despesa pública com medicamentos. No texto do Orçamento não se conhece qual o esforço que será solicitado por parte da indústria e por parte da distribuição para atingir esta meta. Podemos estar num cenário de catástrofe se for interrompido o fornecimento de medicamentos aos Hospitais.

Por outro lado o Governo aprovou recentemente em Conselho de Ministros, um novo regime de preços e margens dos medicamentos e alterou os países de referência para definir o preço para a indústria, não se conhecendo se este grupo de países vão também ser usados para a fixação das margens para as farmácias. A despesa em ambulatório de Janeiro a Agosto reduziu-se em 19,3% e a despesa nos Hospitais com medicamentos no mesmo período aumentou 3,1%. Para além do grave impacto que o atraso nos pagamentos à indústria pode causar nos Hospitais e no acesso a cuidados de Saúde, acresce a dificuldade crescente que as Farmácias Portuguesas atravessam com a alteração do regime de preços e margens, sem que o sector tenha participado em todos este processo.

Assim e nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PS, pergunta ao Governo:

- Qual o montante real em dívida à indústria Farmacêutica, relativa a medicamentos vendidos aos Hospitais? E que plano de pagamentos tem previsto para regularizar estas dívidas uma vez que reduz as transferências para o SNS para o nível de 2004, 7,5 mil milhões de euros?
- Pode o Governo garantir que não serão interrompidos os fornecimentos de medicamentos aos Hospitais, impedindo a prestação de cuidados de saúde às populações?
- O Governo possui algum estudo que fundamente o novo regime de preços e margens e a alteração dos países de referência?
- O Governo realizou algum estudo de impacto da alteração do regime de preços e margens sobre o ambulatório e viabilidade das farmácias em Portugal?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 26 de Outubro de 2011

Deputado(a)s

ANTÓNIO SERRANO(PS)